



ATA N.º 268/2021

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2021

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu em sessão ordinária, previamente convocada, a Assembleia Municipal de Oliveira de Frades, no salão nobre dos Paços do Município, sob a Presidência de Luís Manuel Martins Vasconcelos, tendo como primeira Secretária, Sónia Filipa de Araújo Nogueira e como segunda Secretária, Teresa Margarida de Sousa Fernandes, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----
- A. **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR.** -----
- B. **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E INFORMAÇÕES.** -----
- C. **PERÍODO DE INTERVENÇÕES.** -----
2. **APRECIACÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL.**-----
3. **ADITAMENTO AO ACORDO DE FINANCIAMENTO ENTRE A CIM VISEU DÃO LAFÕES E OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS AO ABRIGO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS.** -----
4. **PMDFCI - PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE 2021-2030 DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES.**-----
5. **DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE PARANHO.** -----
6. **DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE VARZIELAS.**-----
7. **DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE BENFEITAS E PISCO.**-----
8. **DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE SOBREIRA, PONTE E FEIRA.**-----
9. **DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE PINHEIRO.** -----
10. **DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE ARCOZELO DAS MAIAS.--**
11. **DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE SÃO VICENTE DE LAFÕES.**
12. **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----

Assinaram a "Lista de Presenças", para além dos mencionados, os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Pela Lista "Nós, Cidadãos!": Mário do Carmo Pereira, Germano Jorge Martins Rodrigues, Flávio dos Santos Costa, Ivo Alves Farreca, Carla Sofia Duarte Viegas, Carlos Manuel Moitas Azevedo Maia e Hugo Miguel Veríssimo Lopes. -----

Pela Lista "Por Oliveira de Frades – Coligação PPD-PSD/CDS-PP": Serafim de Oliveira Soares, Arménio Silva Florindo, António Bernardino Tavares Lopes Nunes e Jorge Manuel Mamede Soares. -----

Pela Lista "PS - Partido Socialista": João Carlos Tavares Ferreira de Carreto Lages.-----

Os Presidentes de Junta de Freguesia de: Arcozele das Maias – António Manuel Lopes Tavares; Pinheiro – Carlos Manuel da Silva Rosa; Ribeiradio – Hélder Miguel da Silva Costa; São João da Serra – Luís Manuel Rodrigues Dias; São Vicente de Lafões – Nuno Joaquim de Almeida Pinhão; União das Freguesias de Arca e Varzielas – Jorge Marques da Silva Bandeira; União de Freguesias de Destriz e



Reigoso – Carlos Manuel Ferreira de Lima e União das Freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães – José Manuel Valente Cerveira. -----

Também se registou a presença do Presidente da Câmara, Paulo Ferreira e dos Vereadores, Carlos Pereira e José Pedro Almeida. -----

Havendo quórum, com a presença de 22 (vinte e dois) Membros, o Presidente da Mesa deu início à sessão, eram nove horas e quinze minutos. -----

De registar que o Presidente de Junta de Freguesia de São João da Serra, Luís Dias, entrou na sessão após a votação da proposta de alteração à Ordem do Dia, ficando a sessão, posteriormente, com 23 (vinte e três) presenças. -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

O Presidente da Mesa propôs a **ALTERAÇÃO DA ORDEM DO DIA**, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de modo a permitir a apreciação do seguinte assunto, a acrescentar à Ordem do Dia:-----

- Relatório do Auditor Externo sobre a informação económica, financeira e orçamental, a 30 de junho de 2021. -----

Reconhecida a urgência de deliberação imediata, foi a proposta aprovada, por unanimidade, com 22 (vinte e dois) votos a favor. -----

A. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----

O **Presidente da Mesa** colocou à discussão e votação a **Ata n.º 267/2021 de 18.06.2021**, a qual foi aprovada, por unanimidade, com 22 (vinte e dois) votos a favor.-----

Não participou na votação o Presidente de Junta de Freguesia de Arcozelo das Maias, António Manuel Tavares, que se ausentou temporariamente da sessão. -

B. CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E INFORMAÇÕES. -----

O **Presidente da Mesa** informou de toda a correspondência recebida entre **18.06.2021 e 12.09.2021**, designadamente: -----

Remetente	Assunto
Grupo Parlamentar do PCP	Projeto de Lei n.º 880 XIV - Prorroga o prazo do processo de reconversão das áreas urbanas de géneses ilegal
Jornal "Voz das Misericórdias"	Edição de maio de 2021
ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais	Reunião com PAM´s da Região Centro. ANAM/CCDR-C
Associação Empresarial da Serra da Lousã	Comunicado a apresentar indignação sobre o facto de candidaturas no Centro terem sido excluídas e ficarem sem dotação orçamental
Câmara Municipal de Oliveira de Frades	Ata da reunião de Câmara de 09 de junho de 2021
Grupo Parlamentar do PCP	Perguntas ao Governo sobre compensação aos municípios pela realização de despesas no âmbito do combate à pandemia
ANAM e AEDREL	Livro: "O estatuto do direito de oposição nos Municípios"
Grupo Parlamentar do PCP	Projeto de Lei: "Alteração ao regime do arrendamento urbano"
Clube de Ténis GDOF	Falta de resposta da CM a e-mail a solicitar apoio à realização de Torneio de Ténis
CIMVDL – Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões	Newsletter da CIMVDL - Europe Direct



AM 13-09-2021

Bloco de Esquerda	Por uma PAC (Política Agrícola Comum) mais justa
Luís da Silva Lourenço	Pedido de colocação urgente de sinais de circulação de animais
Jornal "Voz das Misericórdias"	Edição de junho de 2021
Câmara Municipal de Oliveira de Frades	Ata da reunião de Câmara de 23 de junho de 2021
Grupo Parlamentar do PCP	Resposta do Ministro das Infraestruturas e Habitação à pergunta sobre a situação e futuro dos CTT
Mário Fernando Marques Pinheiro	Dar conhecimento de participação de infração ambiental no lugar do Muro (São João da Serra)
Grupo Parlamentar do PSD	Pergunta do Governo sobre o Centro Oncológico e novo Departamento de Saúde Mental do Centro Hospitalar Tondela Viseu
ATAM – Associação dos Trabalhadores da Administração Local	Formação online
ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	Livros: "Poder Local em Tempos de Covid-19" – Volume I e II
IGAC	Envio de processo relativo a comunicação prévia de espetáculo
ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	Pagamento de quota e envio de fatura
AEDRL	Biblioteca do Poder local
IGAC	Envio de processo relativo a comunicação prévia de espetáculo
Rute Manso	Pedido de informações
Gabinete do Primeiro Ministro	A acusar a receção da Moção relativa à situação dos serviços públicos no Concelho de Oliveira de Frades e a encaminhá-la para o Gabinete do Ministro da Administração Interna, Gabinete da Ministra da Justiça, Gabinete de Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública e para o Gabinete da Ministra da Saúde
CIMVDL – Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões	Newsletter da CIMVDL - Europe Direct agosto 2021
Gabinete do Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local	Acusar a receção e a agradecer o envio da Moção relativa à situação dos serviços públicos no Concelho de Oliveira de Frades
Câmara Municipal de Oliveira de Frades	Ata da reunião de Câmara de 14 de julho de 2021
ATAM – Associação dos Trabalhadores da Administração Local	Formação
Câmara Municipal de Oliveira de Frades	Ata da reunião de Câmara de 28 de julho de 2021
ATAM – Associação dos Trabalhadores da Administração Local	Newsletter – agosto 2021
ATAM – Associação dos Trabalhadores da Administração Local	Formação Online
Voz das Misericórdias	Edição de julho/agosto de 2021
ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	Divulgação – Divulgação ISCTE – Candidaturas – Pós-Graduação
Câmara Municipal de Oliveira de Frades	Ata da reunião de Câmara de 11 de agosto de 2021
IGAC	Mera comunicação prévia de espetáculos



ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	Parecer – Ata em minuta. Aprovação. Novo mandato.
Jornal "Associação"	Edição de agosto de 2021
Jornal do STAL	Edição de setembro de 2021
Misericórdia Nossa Senhora dos Milagres	Comunicado lamentando o falecimento do Dr. António Grade, informando das cerimónias fúnebres e informando do ato de tomada de posse do novo Provedor, Arménio Nabais
Câmara Municipal de Oliveira de Frades	Ata da reunião de Câmara de 25 de agosto de 2021
ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	Comunicação do Presidente da ANAM
Palm, Cambão & Associados, SROC	Relatório do Auditor Externo sobre a informação económica, financeira e orçamental (com referência ao período de 6 meses findo em 30.06.2021)

Informou que a pasta onde a mesma se encontra arquivada está à disposição dos Membros que a quisessem consultar. -----

C. PERÍODO DE INTERVENÇÕES. -----

O **Presidente da Mesa** deu por aberto o Período de Intervenções, tendo-se verificado as seguintes inscrições: -----

O **Membro da Assembleia Jorge Soares** apresentou a seguinte proposta de voto de pesar: -----

“VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. ANTÓNIO CABRITA GRADE-----

Foi com uma profunda consternação que o PSD de Oliveira de Frades tomou conhecimento do falecimento do Dr. António Grade, Provedor da Misericórdia de Nossa Senhora dos Milagres, que nos deixou de forma prematura. -----

Neste momento de luto não podemos deixar de prestar uma sentida homenagem ao Dr. António Grade, um defensor dos valores da liberdade e da democracia. -----

Relembramos hoje aqui a sua passagem nesta assembleia municipal, onde foi sempre um elemento muito participativo e disponível para apresentar sugestões e novos projetos e ideias para o desenvolvimento do concelho.-----

Foi um deputado municipal combativo e intransigente na luta pelos princípios e valores em que acreditava, mas que mesmo nas discussões mais acaloradas soube sempre manter a sua postura de grande elevação e de grande educação. Soube criar pontes e união onde outros apenas viam discórdia e divergência.-----

Para lá da sua relevante atividade política em prol do concelho estamos perante um homem que esteve sempre ao longo da sua vida disponível para colaborar com as mais diversas associações e instituições locais tal como sempre ajudou todos aqueles que o procuravam no âmbito da sua atividade profissional. --

Humanista e com uma invulgar dedicação às causas sociais a sua partida é uma enorme perda para o concelho e para toda a região.-----

Pelo seu percurso e pela sua importância na vida do concelho nos últimos anos vem a bancada do PSD requerer se digne o Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentar à votação um voto de pesar pelo falecimento do Dr. António Cabrita Grade, guardando-se posteriormente um minuto de silêncio em sua memória. -----



Deverá ainda a Assembleia Municipal manifestar à família enlutada as devidas condolências, transmitindo este voto de pesar". -----

Proposto o voto de pesar, foi o mesmo, por unanimidade, aprovado, com 23 (vinte e três) presenças e foi cumprido o minuto de silêncio. -----

De seguida, usou da palavra o **Membro da Assembleia Mário Pereira** que começou por referir que esta era a última sessão da Assembleia Municipal do presente mandato, pelo que não poderia terminar sem saudar o Presidente da Mesa, a Mesa, os colegas da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal, nomeadamente, o Presidente da Câmara, considerando que em conjunto conseguiu-se cumprir com eficiência um mandato que se afigurava, particularmente difícil. Mais referiu que, apesar da Câmara Municipal não dispor de uma maioria na Assembleia Municipal conseguiu-se que este Órgão não perturbasse a atividade do Executivo, tendo havido momentos em que a maioria impediu algumas iniciativas do Executivo, mas considerou que tal faz parte da vida democrática. Realçou a forma como a Assembleia Municipal lidou com as situações e com os problemas, classificando o balanço de positivo. -----

Mencionou que vários Membros da Assembleia não são candidatos ao próximo mandato autárquico, estando certo que *"ir-nos-emos encontrar por aí, pois quem tem gosto pela política, pode sair da política, mas não consegue livrar-se do "bichinho" e a todos vós os nossos votos das maiores felicidades futuras. Para nós, os que nos candidatamos, fica o desafio: tornarmos a Assembleia mais dinâmica". -----*

Reafirmando que, neste mandato, o Executivo não tinha garantia da aprovação das propostas que apresentava na Assembleia Municipal, desejou que nenhum Executivo, mesmo que o seu partido tenha a maioria absoluta neste Órgão Deliberativo, chegue às sessões com certeza que as suas propostas vão ser aprovadas, pois a discordância e a apresentação de propostas diferentes não têm que ser vistas como uma oposição, mas como contributos para o bom governo do Município. Disse compreender a posição delicada dos Presidentes de Junta, que são Membros da Assembleia por inerência, cujo voto tem o mesmo peso quer representem 3500 ou 350 eleitores e que representam o interesse particular da respetiva Freguesia. No seu entendimento, não deveriam assumir-se como membros do grupo do partido pelo qual foram eleitos, mas como um grupo à parte dos partidos. -----

Por último, mencionou que o futuro trará muitos desafios a todos e, em particular, aos que irão integrar os próximos Órgãos representativos do Município, acreditando que estes serão capazes de os superar, tal como os atuais o foram. ----

O **Membro da Assembleia João Lages** associou-se ao voto de pesar pelo falecimento do Dr. António Grade e lembrou que era seu amigo e camarada de luta do mesmo partido, manifestando o desejo de que as suas palavras fizessem parte do voto de pesar. Sendo estas as seguintes que se transcrevem: *"Sempre o conheci como um democrata, um defensor acérrimo das questões das liberdades e da democracia; uma pessoa extremamente empenhada não só nas causas sociais, mas, também, no associativismo. Sempre disponível, sempre acessível,*



extremamente educado, apesar de, muitas vezes aqui haver discussões acaloradas, mas isso faz parte do exercício da democracia e da liberdade. Era uma pessoa afável, era emotivo. Deixa-nos muita saudade. Especialmente, também, o conhecia pelas suas qualidades humanas e pelas suas características pessoais: era um bom pai, um bom marido e, agora, recentemente, avô. Esta morte prematura deixa-nos um abalo muito grande a nós todos, a esta casa e, especialmente, ao Concelho de Oliveira de Frades".-----

De seguida, fez um balanço da ação do Executivo neste mandato, começando por dizer que o Executivo deu sinais de abertura à comunidade e "derrotou ao fim de 40 anos o Estalinegrado do PSD de Oliveira de Frades, com uma coragem que é, de facto, de saudar e de aplaudir"; deu um sinal positivo ao propor formar uma Mesa da Assembleia multicolor, mas que o PSD "ultraconservador e fechado" não aceitou e colocou na Mesa todos os membros do seu partido. Considerou que esta abertura à comunidade foi "sol de pouca dura", pois o Presidente da Assembleia ofereceu-se para cooperar, especialmente, na questão das praias fluviais e na comunicação com as entidades (num processo difícil e com alguma complexidade) e o Executivo não agradeceu e dispensou esta ajuda, demonstrando que não se ia envolver com todos; prometeu uma nova forma de fazer política, mas acabou por fazer o mesmo, a exemplo: os concursos, a resposta a e-mails, dando exemplo das más práticas e deixando uma imagem péssima do Município, sendo um péssimo cartão de visita. Disse que o Presidente, Paulo Ferreira, se "satisfaz com pouquinho e que governa para o hoje, para o dia a dia, com os olhos postos no chão. Como ele próprio disse no debate, recentemente, com outros candidatos: - Eu não me preocupo com o futuro. A mim interessa-me o dia a dia. Esse foi o seu haraquíri, porque um Presidente de um Município, sonha, ousa, empreende, tem pulsar, tem projetos, ambiciona, tem rasgo, faz acontecer, não se satisfaz a apanhar moedas do chão, olha e projeta o futuro"; anunciou uma rutura com a forma de fazer política, com mais transparência e rigor, mas "enfaixou-se em sentido contrário", dando como exemplo: os concursos de admissão dos precários, que considerou "uma vergonha". Referiu a falta de qualidade da água de consumo doméstico, os empréstimos bancários, nomeadamente para a segunda fase do Parque Urbano para construção de campos de padel e as quase nulas corridas a fundos comunitários, ficando muito aquém dos concelhos vizinhos.-----

Por último, disse não ser só aspetos negativos, realçando a coragem, a humildade, a simplicidade, a generosidade e um bom coração como aspetos positivos do Presidente da Câmara e da vereação, aludindo à inexperiência e ao pesadelo que nenhum Presidente da Câmara quer: os incêndios e o COVID-19.-----

2 - APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório da Atividade Municipal, o qual tinha sido entregue, atempadamente, pelo que foi dispensada a sua leitura.-----

○ **Membro da Assembleia Jorge Soares** referiu que como a presente sessão era a última deste mandato, a Bancada do PSD saudava todos os Deputados



Municipais, a Mesa e o Presidente da Assembleia, o Executivo, os funcionários do Município e todos aqueles que participaram nos últimos quatro anos nas sessões da Assembleia Municipal. Mais referiu que apesar de se ter visões distintas para o futuro do Concelho, não havia dúvidas de que *“todos estivemos de boa fé e com o objetivo único de: ajudar e de contribuir para o bem do Concelho”*. -----

Considerou ser o momento de fazer um balanço do Executivo *“Nós, Cidadãos!”* à frente do Município. Assim, disse que existiram algumas iniciativas e foram realizadas algumas obras no Concelho necessárias e de relevo, mas, também, foram muitas as oportunidades perdidas, sendo esta *“a impressão maior que este Executivo vai deixar: uma injustificável perda de oportunidades”*, em áreas como a indústria (em quatro anos não se requalificaram as Zonas Industriais, nem se fez mais um novo lote industrial e deixou-se fugir empresas relevantes para outras paragens), no turismo (pouco ou nada se investiu e o Concelho perdeu turistas e visitantes para outros Concelhos) e nas áreas da ação social e do ambiente (pouco ou nenhum caminho se fez). Acrescentou que, o desenvolvimento de um Concelho não se faz apenas de alcatrão (sendo a sua qualidade ou aplicação duvidosa em vários pontos). Mais considerou que o Executivo fez *“uma gestão do dia e a dia e não a pensar no futuro e que esta ausência de um pensamento, de um caminho ou de uma linha clara para o futuro traduz-se na falta de novos projetos, na falta de apresentação de candidaturas para obras estruturantes ou para qualquer outro tipo de obras ou iniciativas. Deixamos de ser um dos Concelhos que, dentro daqueles da nossa dimensão, mais participações obtinha, para passar a ser um dos Concelhos da região com o pior desempenho. Não existe uma só obra estruturante da autoria deste Executivo que esteja neste momento a ser executada para o futuro”*. -----

Referiu que a eficácia não foi a característica desta governação, dando como exemplo as obras a Loja do Cidadão, o Parque Urbano, o Fecho do Sistema de Abastecimento de Água, a Zona de Fruição da Carriça, entre outras, que volvidos quatro anos ainda não estão finalizadas. Lembrou as decisões tomadas com a construção de campos de padel por um preço ilógico e a privatização da recolha de lixo, que trouxe um pior serviço e um prejuízo anual para o Município considerável. A resolução de questões como o saneamento, a qualidade de água e outras foram temas que ficaram esquecidos. Este Executivo não conseguiu resolver pontos simples, como por exemplo: as piscinas municipais, o parque infantil e a ecopista. Pelo exposto, *“entendemos que o balanço destes quatro anos do Executivo “Nos, Cidadãos!” não pode ser positivo, pelo contrário, em muitas áreas o Concelho estagnou quando até não regrediu”*. -----

Por último, questionou o ponto da situação das propostas vencedoras do Orçamento Participativo e qual a execução até á data. -----

O **Presidente da Câmara** lamentou o falecimento do Dr. António Grade, referindo que o Executivo aprovou um voto de pesar na última reunião realizada. --

De seguida, mencionou que aquando da elaboração do Relatório da Atividade Municipal faltou a referência aos apoios às Juntas Freguesia no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio às Juntas de Freguesia, “pagos



na íntegra até ao fim deste mandato ... espero que esta boa coabitação com as Freguesias perdure, independentemente, do Executivo que aqui está"; lembrou que este compromisso foi assumido em dezembro de 2020 e que poderia ser pago até ao final do ano em curso, no entanto, fez questão de o liquidar antes do final do presente mandato. Acrescentou que, por vezes a procura de obras desproporcionais, faz com que se esqueçam que o Concelho é composto por oito Freguesias. -----

Mencionou que o Executivo tinha a consciência tranquila, o que "nos leva a ousar ser novamente candidatos dentro da nossa simplicidade e humildade ... Não há ninguém nesta Assembleia que queira que as coisas funcionem melhor do que eu. Dizer que não se investiu no ambiente é sinal que só se leu o último relatório, quando se sabe a intervenção feita na ETA e na limpeza deste afluente".-----

Mencionou que os orçamentos não dão para tudo e disse que estava de consciência tranquila e orgulhoso pelo caminho traçado. -----

No que concerne à questão colocada, lembrou que o Orçamento Participativo foi lançado por este Executivo. Disse das negociações havidas, do facto de a verba se encontrar cabimentada para esse fim. Informou que quem estava a liderar esse projeto era a Vereadora Clara Vieira, que não se encontrava presente na sessão, mas que a obra estaria "para muito breve". -----

3 - ADITAMENTO AO ACORDO DE FINANCIAMENTO ENTRE A CIM VISEU DÃO LAFÕES E OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS AO ABRIGO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS. -----

O Órgão Executivo, na sua reunião ordinária, realizada no dia 11.08.2021, deliberou, por unanimidade, aprovar o segundo aditamento ao Acordo de Financiamento das Atividades Exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros celebrado entre a CIMVDL e os Municípios associados e submetê-lo à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

A seguir transcreve-se a cláusula 1.ª do referido Segundo Aditamento:-----

"Objeto-----

O presente Aditamento ao Acordo de Financiamento das Atividades Exercidas ao Abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências Relacionadas com o Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transporte de Passageiros tem por objeto a definição dos termos da contribuição dos Primeiros Outorgantes para o pagamento pela Segunda Outorgante aos operadores de serviço público das compensações por obrigações de serviço público, relacionadas ou não com os serviços de transporte mínimos essenciais definidos pela Segunda Outorgante para assegurar a mobilidade dos cidadãos durante a pandemia COVID-19, regulada no Aditamento ao Acordo de Financiamento das Atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências relacionadas com o Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transporte de Passageiros celebrado entre os Primeiros Outorgantes (com exceção dos Municípios de Nelas e Aguiar da Beira) e a Segunda Outorgante, em 19 de maio de 2021, relativa ao período compreendido entre 1 de março



de 2020 e até ao termo das autorizações provisórias emitidas e prorrogadas nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho".-----

O **Membro da Assembleia Mário Pereira** mencionou que este documento traduzia uma má situação, sendo que se constata um aumento das despesas com os transportes públicos e esse aumento não corresponde a uma melhoria do serviço. Disse crer que se estava confrontado com o fim do modelo de transportes coletivos, que vigorou durante anos, sendo necessário encontrar novos modelos e novos esquemas alternativos, deixando este desafio a todos.-----

Referiu que as condicionantes e as condições existentes não deixam margem senão aprovar este aditamento.-----

Posto a votação este ponto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 23 (vinte e três) votos a favor, aprovar o segundo aditamento ao Acordo de Financiamento das Atividades Exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros.-----

4 - PMDFCI - PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE 2021-2030 DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES.-----

Presente a proposta do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município de Oliveira de Frades que foi aprovada na reunião de Câmara realizada no dia 12.05.2021, bem como, a informação n.º 22/2021 do Coordenador Municipal de Proteção Civil, Márcio Pereira, com o assunto: "*Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2021-2030*".-----

O **Membro da Assembleia Mário Pereira** mencionou que este plano faz parte de uma natureza de planos que visam sobretudo cumprir obrigações legais; tem poucas medidas sobre a transformação da situação e a resolução de problemas identificados.-----

Disse não ter dado contributos no período de discussão pública, mas informou que ao longo dos anos tem tentado dar alguns contributos para o debate público em torno desta questão das florestas. Em sua opinião, o principal problema da floresta é que esta perdeu o valor que tinha na economia tradicional, em que funcionava como um "*banco dos agricultores*", onde estes recorriam quando precisavam de fazer algum investimento ou para fazer face a alguma despesa maior. Na nossa região, o fim dessa economia de subsistência ocorreu há 40 anos e transformou a maioria desses terrenos florestais em terrenos de mato, sendo os incêndios ocorridos uma consequência dessa transformação.-----

Referiu que no plano, no ponto em que são abordadas as medidas preventivas, consta que a dimensão das propriedades deveria ser entre os 20 e os 50 hectares, como sendo a ideal para ter explorações que permitam implantar medidas de proteção como as cortinas pára-fogos compostas por espécies muito pouco inflamáveis e também os povoamentos de folhosas caducifólias. Tirando os baldios, serão muito poucas ou nenhuma das propriedades privadas com 50 ou mesmo só com 20 hectares contínuos. Assim, em sua opinião, para que o plano tenha alguma eficácia é indispensável a organização das propriedades florestais sob pena do plano não ter nenhuma exequibilidade.-----



No plano consta que, o Concelho tem 8159 hectares ocupados pela floresta e admitindo-se que existam mais alguns hectares com aptidão florestal podendo aceitar que sejam 10 mil hectares, que “*permitiriam a formação de 200 propriedades de 50 hectares ou a formação de 500 propriedades com 20 hectares. Assumindo que cada propriedade de 50 hectares permitiria a fixação de uma família, possivelmente, nas aldeias poderíamos atrair ou fixar no concelho 800 pessoas, para além dos empregos que poderia criar*”. Considerou que a grande dificuldade é efetuar alterações na estrutura das propriedades, pelo que propôs dois desafios para os próximos eleitos, designadamente, criar um incentivo à venda das propriedades que hoje já não tem valor económico para os seus proprietários, fixando uma taxa de IMI de 5€ por cada propriedade independentemente da sua dimensão o que iria criar um movimento de venda das propriedades e iria permitir a aglomeração das mesmas; e criar uma agência que compre terrenos, unifique as propriedades e a seguir as vendas ou arrende a quem as queira trabalhar. Para o efeito, ter-se-ia de encontrar uma forma jurídica, devendo esta ser feita a nível nacional, mas, caso fosse uma empresa municipal poderia receber uma dotação inicial da Câmara, vivendo posteriormente das mais-valias que realizasse. A dotação inicial dessa agência seria de um milhão de euros para começar a comprar terrenos e ao longo dos próximos 10 anos investir-se-ia 500 mil euros anuais na floresta. Se assim fosse, “*provavelmente, conseguiríamos gerar uma transformação da floresta e das nossas aldeias e das comunidades*”. Acrescentou que se nada se fizer, o Concelho daqui a dez anos terá arduo todo uma ou duas vezes e que se o Município quiser ter políticas ativas na atração de pessoas qualificadas terá que gastar dinheiro, não vendo outra forma tão rápida de atrair famílias para o Concelho. Mais disse que era sua convicção que as pessoas irão aderir a um programa de venda de propriedades florestais, desde que pagas de forma justa e desde que percebessem que isso poderia acrescentar valor às suas aldeias e terras. Por isso e porque é preciso cumprir uma obrigação legal e porque o plano não impede que sejam tomadas medidas, disse que iriam votar a favor, mas lamentou que os Municípios estejam inundados de planos e regulamentos que poucos conhecem e que se destinam apenas a cumprir uma qualquer lei. -----

Por último, considerou que seria positivo que a Assembleia venha a ter a capacidade de assumir que só aprova planos com um sentido prático e que sejam eficazes para as comunidades. -----

O **Membro da Assembleia Hugo Lopes** disse que não participou no período de consulta pública, mas considerou que este plano não pode ser apenas para cumprir uma obrigação legal, pois existe uma possibilidade de delinear uma estratégia a dez anos devendo esta ser cumprida e executada. -----

Lembrou a preocupação com os incêndios e considerou que se for desenvolvido um trabalho a longo prazo, com eficácia e rentabilidade, estarão todos mais tranquilos. Em sua opinião, a melhor forma de nos protegermos, além de um plano que prevê a gestão da floresta, é fixar pessoas nas Freguesias, que é onde há maior incidência de incêndios rurais no Concelho. Realçou a importância de planear a floresta e sobretudo de autoproteção das populações, dando



exemplos de medidas de autoproteção: existência de kits de primeira intervenção nas respetivas Freguesias; formas de gerir as faixas envolventes com sistemas de rega ativas à distância ou manualmente por responsáveis de cada Junta que protejam, minimamente, a área residencial.-----

Disse que no plano consta como medida de prevenção a publicação de panfletos, considerando-a insuficiente e realçando a importância de instruir as pessoas de como usar o fogo, como o controlar e dos perigos existentes.-----

Referiu a importância das ações de fogo controlado como forma de proteger a floresta e a capacidade de fiscalizar e de executar os amontoados que muitos madeireiros deixam em plena época crítica na Serra do Ladário, São João da Serra e Destriz e Reigoso. -----

Por último, disse que deixava estas sugestões, pois proteger as pessoas e os bens é muito importante além da indústria, a ação social, a educação, pois só assim será possível fixar pessoas nas Freguesias. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria com 22 (vinte e dois) votos a favor e 1 (uma) abstenção do Membro da Assembleia Hugo Lopes, aprovar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2021-2030.-----

5 - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE PARANHO.-----

O Órgão Executivo na sua reunião ordinária realizada no dia 14.07.2021 deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Paranho e submetê-la à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 22 (vinte e dois) votos a favor, aprovar a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Paranho.

Não participou na votação o Membro da Assembleia António Bernardino Nunes que se ausentou temporariamente da sessão.-----

6 - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE VARZIELAS.-----

O Órgão Executivo na sua reunião ordinária realizada no dia 14.07.2021 deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Varzielas e submetê-la à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 22 (vinte e dois) votos a favor, aprovar a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Varzielas.

Não participou na votação o Membro da Assembleia António Bernardino Nunes que se ausentou temporariamente da sessão.-----

7 - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE BENFEITAS E PISCO.-----

O Órgão Executivo na sua reunião ordinária realizada no dia 14.07.2021 deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Benfeitas e Pisco e submetê-la à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 22 (vinte e dois) votos a favor, aprovar a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Benfeitas e Pisco.-----



Não participou na votação o Membro da Assembleia António Bernardino Nunes que se ausentou temporariamente da sessão.-----

8 - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE SOBREIRA, PONTE E FEIRA.

O Órgão Executivo na sua reunião ordinária realizada no dia 14.07.2021 deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Sobreira, Ponte e Feira e submetê-la à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 22 (vinte e dois) votos a favor, aprovar a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Sobreira, Ponte e Feira. -----

Não participou na votação o Membro da Assembleia António Bernardino Nunes que se ausentou temporariamente da sessão.-----

9 - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE PINHEIRO. -----

O Órgão Executivo na sua reunião ordinária realizada no dia 14.07.2021 deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Pinheiro de Lafões e submetê-la à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 22 (vinte e dois) votos a favor, aprovar a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Pinheiro de Lafões. -----

Não participou na votação o Membro da Assembleia António Bernardino Nunes que se ausentou temporariamente da sessão.-----

10 - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE ARCOZELO DAS MAIAS.--

O Órgão Executivo na sua reunião ordinária realizada no dia 25.08.2021 deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Arcozele das Maias e submetê-la à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 23 (vinte e três) votos a favor, aprovar a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Arcozele das Maias.-----

11 - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE SÃO VICENTE DE LAFÕES.

O Órgão Executivo na sua reunião ordinária realizada no dia 25.08.2021 deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de São Vicente de Lafões e submetê-la à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 23 (vinte e três) votos a favor, aprovar a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de São Vicente de Lafões. -----

12 - RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL, A 30 DE JUNHO DE 2021 -----

A Câmara tomou conhecimento do relatório semestral sobre a informação económica, financeira e orçamental a 30 de junho de 2021, relativa ao Município de Oliveira de Frades, apresentada pelo auditor externo "Palm, Cambão & Associados, SROC".-----



13 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Havendo uma inscrição para intervir neste período, o **Presidente da Mesa** deu a palavra ao **Senhor Aurélio da Silva Marques**, residente na Rua do Olheirão, em Oliveira de Frades, que mencionou que a situação que iria mencionar se arrastava desde 2004, tendo mostrado fotografias para os que quisessem ver. Assim, mencionou que se estava a referir à casa, pertença da Conferência de São Vicente de Paulo de Oliveira de Frades, que confronta com a sua habitação e com outras. Fez um historial pormenorizado desta casa, desde a sua construção e doação, lendo o regulamento onde consta que esta é da Conferência e dos pobres da Freguesia. Disse que a casa está devoluta e em estado de degradação; o lixo, proveniente dos materiais de construção (plásticos, material corrosivo e chapas) vai libertando partículas que se infiltram no solo e nas veias freáticas, contaminando as águas. Lembrou a proposta por si apresentada e a resposta obtida, bem como o acordo celebrado com o Município de que leu um ponto: *“O Senhor Aurélio declara que, no futuro, quando os serviços municipais decidirem tornar aquele local onde se encontra implantada a construção um local público, o mesmo cede gratuitamente a excedente área localizada a norte com a área aproximada de 6.50x2.90”*; antes das eleições autárquicas de 2017 dirigiu-se novamente ao Senhor Padre a propor-lhe a situação e a realçar a importância de ser feita uma limpeza do espaço ou para lhe dar um fim adequado, tendo este dito que como estavam próximo das eleições isso irá ser matéria a ser discutida assim que houvesse um novo órgão eleito e que tal não seria difícil de resolver. No entanto, passou-se o mandato e não houve nenhuma palavra sobre a situação. Realçou o facto de se tratar de uma situação de saúde pública e de ambiente. Mais referiu que o espaço deveria ser para um largo, podendo o Senhor Padre libertá-lo para os pobres do Olheirão, no entanto, foi colocado à venda. Assim, questionou para onde iria o dinheiro obtido, considerando que nesse caso se faça a obra ali. -----

O **Presidente da Câmara** respondeu dizendo que a propriedade em causa é particular, seja da Paróquia ou da Conferência de São Vicente de Paulo, havendo interesse do Município em resolver a situação. Nesse sentido, foram feitas algumas diligências, foi feita uma avaliação pelos serviços técnicos da Câmara e foi apresentada uma proposta de aquisição daquele terreno para a causa pública, tendo sido entendido ou não que o valor era diminuto e entenderam ir auscultar a comunidade circundante. Por último, disse que não estava habilitado, mas crê que se encontra vendido a um particular. -----

O **Presidente da Mesa** considerou que a Mesa desempenhou as suas funções com responsabilidade e agradeceu às secretárias que ao longo dos quatro anos estiveram sempre presentes. Desejou aos Deputados a continuação de muito sucesso nas suas vidas pessoais e profissionais e, como já tinha sido dito: *“vamos continuando por aí, todos nós que gostamos muito do nosso Concelho e esperamos que seja um Concelho de futuro e não um Concelho a pensar no passado, porque senão é para aí que caminhamos”*.-----



De seguida, e como se tratava da última ata do presente mandato, propôs que a Mesa a elabore, a envie por e-mail aos Membros da Assembleia para análise e apresentação de sugestões, considerando-se tacitamente aprovada, após o período definido para análise e não havendo oposição à mesma, tendo a proposta merecido concordância unânime. -----

Todos os pontos foram aprovados em minuta, para produção de efeitos imediatos, tendo a Minuta sido lida e aprovada, por unanimidade, com 23 (vinte e três) votos a favor.-----

E nada mais havendo a tratar, foi esta sessão encerrada, pelo Presidente da Mesa, eram dez horas e quarenta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata que, de acordo com a decisão de todos os Membros da Assembleia foi elaborada, enviada a todos e após análise e concordância de todos foi a mesma, considerada tacitamente, aprovada, sendo assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa, _____
(Luís Manuel Martins Vasconcelos)

A Secretária, _____
(Sónia Filipa de Araújo Nogueira)

A Secretária, _____
(Teresa Margarida de Sousa Fernandes)